



POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O ARCU-SUL EM PAUTA

Edmilson José dos Santos Júnior¹
Jaqueline Dourado do Nascimento²

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar quais são as contribuições e contradições existentes em pesquisas acadêmicas sobre o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação do MERCOSUL (ARCU-SUL). Realizou-se uma revisão bibliográfica integrativa nas bases *Redalyc*, *Scielo* (*Web of Science*) e *Scopus* (*Elsevier*) com recorte de 2008 a 2020, com os descritores “Avaliação” and “MERCOSUL” e “Avaliação” and “ARCU-SUL”. Resultaram de 17 artigos, levados aos critérios de inclusão, onde 04 artigos foram analisados. Todos escritos por pessoas do sexo feminino, em português, no Brasil e na Argentina, publicados em 2015, 2016, 2019 e 2020. As pesquisas apontam a uma tendência regulatória do ARCU-SUL, com enfoque no mercado de trabalho do MERCOSUL e pouco voltado para as práticas formativas de avaliação e acreditação.

Palavras-chave: Acreditação, MERCOSUL, ARCU-SUL.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar quais são as contribuições e contradições existentes em pesquisas acadêmicas sobre o Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação (ARCU-SUL) como política permanente de acreditação e avaliação da educação superior dos países que integram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O campo educacional, em seus diferentes níveis de formação, sobretudo a educação superior, passou por transformações políticas e institucionais importantes na década de 1990 frente aos processos advindos da globalização, tais como as políticas econômicas neoliberais, onde surge a concepção de Estado Avaliador. Neste contexto, a avaliação passou a ser utilizada como referência de qualidade para as tomadas de decisões no campo da Administração Pública e mais especificamente na educação, de

¹ Graduando do Curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri - UFCA, bolsista de iniciação científica do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), edmilson.junior@aluno.ufca.edu.br;

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, professora adjunta da Universidade Federal do Cariri, pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS), jaqueline.dourado@ufca.edu.br.



modo que o Estado começa a utilizar os modelos de gestão por resultado. Essas modificações demandaram aos países da América Latina a institucionalização de suas práticas para efetivar a criação de políticas públicas de acreditação e avaliação (SCHNEIDER, ROSTIROLA, 2015; BARREYRO, 2018).

A implantação de políticas de educação superior em escala global torna-se cada vez mais consistente, com a proposta de alinhar políticas de regulação para avaliar e os cursos de graduação em escalas territoriais maiores, buscando incluir as especificidades de cada política avaliadora, dada as subjetividades existentes em cada país, além da acreditação dos cursos de graduação de maneira internacionalizada (BARREYRO, 2018).

No cenário da América Latina, podemos citar os Planos Estratégicos do Setor Educacional efetivados pelos países que compõe o MERCOSUL através das Agências Nacionais de Educação, a exemplo do Sistema de Acreditação Regional de Cursos de Graduação (ARCU-SUL), criado em 2008, constituído pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile e Colômbia. O ARCU-SUL tem a finalidade de proporcionar um acordo comum para efetivação de verificação da qualidade dos cursos superiores do MERCOSUL e demais países agregados, alinhados em um protocolo que abarca a avaliação externa, a autoavaliação e aspectos discentes, norteados por critérios de acreditação da Agência Nacional de Credenciamento (ANC) (MERCOSUL, 2008).

O presente trabalho constrói-se em 05 partes, contando com a “Introdução”. Na “Metodologia”, descreve-se o método utilizado, no “Referencial Teórico”, apresenta-se a discussão alinhada ao contexto do tema, nos “Resultados e Discussões” temos a análise de dados e por fim, nas “Considerações Finais”, os principais apontamentos.

METODOLOGIA

A pesquisa idealiza-se através de uma revisão bibliográfica integrativa, coletando informações sobre os processos de internacionalização da avaliação e acreditação das políticas educacionais da educação superior dos países integrantes do MERCOSUL, especificamente sobre o ARCU-SUL. A coleta de dados para formalização de uma revisão desse tipo envolve uma busca refinada e metódica sobre o tema proposto, com a escolha das bases apropriadas, palavras-chave, o refinamento de



pesquisas através de uma “minuciosa” escolha dos estudos, através de critérios de exclusão e inclusão, para uma posterior discussão, onde são analisados diversos aspectos envolvidos no âmbito da sua realização (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Selecionamos dois descritores para a busca, com a união de duas palavras-chave com uso do operador “and”: “Avaliação” and “MERCOSUL” e “Avaliação” and “ARCU-SUL”. Esses descritores foram aplicados nas bases *Scopus(Elsevier)*, *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc)* e *SciELO Citation Index (Web of Science)*. A coleta ocorreu em setembro de 2020 e o acesso às bases deu-se pelo acesso CAFE do Portal de Periódicos da Central de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o recorte temporal de 2008 a 2020 e trabalhos escritos em português, inglês e espanhol, no formato de artigo científico completo.

Encontramos 17 artigos completos, sendo 13 indexados na *SciELO*, 01 na *Redalyc* e 03 na *Scopus (Elsevier)*, onde dois dos artigos estavam presentes em duas das bases, portanto, com um total de 15 trabalhos. Após esse levantamento ocorreu o refinamento dos critérios de inclusão: todos os trabalhos que trouxeram como temática a política do ARCU-SUL como objeto central de investigação ou como objeto secundário. Os critérios de exclusão, trabalhos fora do intervalo temporal ou que realizaram revisão sistemática e trabalhos que abordassem sobre o ARCU-SUL como aplicação de um curso específico. Esse processo delimitou a nossa investigação para 04 artigos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho traz em seu bojo duas ideias principais. A primeira tratando sobre as organizações políticas e culturais de acreditação, avaliação e internacionalização da educação superior e a segunda sobre as práticas avaliativas regionais no Setor Educacional do Mercosul.

Epistemologicamente, a avaliação discorre em contextos abrangentes desde a antiguidade, como prática corretiva, de monitoramento, entre outras. No entanto, a partir do momento que os Estados do ocidente adotaram políticas neoliberais, a avaliação toma dimensões importantes no campo político, sobretudo porque nela é vista a



possibilidade de controle de qualidade, de gastos e a criação de parâmetros para estabelecer eficiência às políticas públicas (DIAS SOBRINHO, 2004).

De acordo com Dias Sobrinho (2005), a globalização é responsável por implantar mudanças e contradições às políticas educacionais, enfatizando, por exemplo, que os padrões internacionais que as conduzem acabam por estimular às desigualdades existentes, permitindo que a educação superior seja utilizada como produtora de lucro e fomentando os processos de disputa pelo poder.

Essa globalização ocorre também no contexto da América Latina e Caribe, como nos traz Leite e Genro (2012), em que as modificações no papel das Instituições de Educação Superior (IES) aconteceram frente à globalização neoliberal e a mercadorização da educação, que passaram a ser gestadas por organismos internacionais, com o objetivo de fornecer informações para protocolos de “avaliação, credenciamento, classificação, *rankings* e tipologias de instituições universitárias.” (LEITE; GENRO, 2012, p. 765).

Destacam-se dentro da reformulação dos padrões de avaliação e acreditação regional da educação superior pós década de 1990, a atuação das agências globais para financiamento e gerenciamento de políticas educacionais. Leite e Genro (2012) dão ênfase aos investimentos provenientes do Banco Mundial (BM), especificamente ao programa de Iniciativa Global para financiar as práticas de asseguramento da qualidade (QA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ademais, Barreyro (2018) elenca outros organismos, tais como a Organização Mundial de Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como as Organizações Não Governamentais (ONG). No mesmo contexto, podem ser citados os acordos deliberados entre Estados, a exemplo do Acordo Geral sobre Comércio em Serviços (GATS), em 1995, e também as políticas educacionais do MERCOSUL, atualmente com o ARCU-SUL.

Ao deliberar sobre acreditação e avaliação da educação superior é intrínseco recordar sobre a atuação dos *rankings* nesses protocolos. Os *rankings* foram idealizados como suporte métrico para os procedimentos avaliativos, mensurando por meio de informações técnicas a qualidade do ensino e aprendizagem das IES, geralmente envolvendo aspectos docentes, discentes e institucionais (BARREYRO, 2018; CALDERÓN; POLTRONIERI; BORGES, 2011). Nesse âmbito, uma questão



importante entra no campo de discussão dentro da avaliação das políticas educacionais: a difusão ideológica dos modelos de avaliação somativa e formativa.

A avaliação somativa mantém íntima relação com os procedimentos regulatórios e burocráticos, envolvendo práticas de quantificar para avaliar, tais como a construção de *rankings* para comparar qual instituição apresenta melhor e pior rendimento, o que acaba por estimular a produtividade sem qualidade, bem como a mercadorização das universidades (SANTOS, 2016). Em outra vertente, a avaliação formativa utiliza dos aspectos subjetivos de cada instituição, ou seja, trabalhando de forma mais abrangente os conceitos inseridos na autoavaliação e, por isso, apresenta “seu correlato mais forte na transformação qualitativa e no papel precípua da universidade como produtora de cultura e de conhecimentos” (VEHINE; FREITAS, 2012, p. 17).

Foi a partir das reformas do campo da educação superior que avaliação se tornou um procedimento com função essencial para as tomadas de decisões e para a verificação e o monitoramento das ações já adotadas. A sua utilização tem sido, nas últimas décadas, direcionada para viabilizar os processos de transformações políticas que aconteceram dentro da educação superior, a exemplo da internacionalização educacional (VEHINE; FREITAS, 2012).

Neste contexto, o ARCU-SUL estabeleceu-se enquanto uma política permanente, o que fortaleceu as atividades de avaliação realizadas no âmbito do Setor Educacional do Mercosul, antes instituídas pelo Mecanismo Experimental de Acreditação de Carreiras para o Reconhecimento de Títulos de Grau Universitário (MEXA). O Sistema ARCU-SUL é administrado pela Rede de Agências Nacionais de Acreditação (Rana), o que demandou discussões em relação a atuação de sua gestão. Quanto aos protocolos adotados para a realização dos ciclos avaliativos dos cursos universitários ou IES são feitas avaliações externas e no caso das IES a apresentação da autoavaliação, tratando-se de documentos que possuam os “processos de auto-regulação e controle internos de qualidade” (MERCOSUL, 2008, p. 03). Existem duas possibilidades no que tange a avaliação externa, ou a IES realiza os procedimentos do ARCU-SUL ou requisita ao Rana para direcionar o protocolo de acreditação do ARCU-SUL concomitante às creditações nacionais (MERCOSUL, 2008; HIZUME; BARREYRO, 2017).

A avaliação externa acontece quando a IES que deseja participar do ARCU-SUL cadastra apenas um curso para ser acreditado pelo sistema, envia as documentações



solicitadas para a Agência Nacional de Acreditação do seu país, onde a mesma irá analisar o cumprimento dos requisitos solicitados pela Rede de Agências Nacionais de Acreditação e posterior formação do Comitê de Pares que realiza a avaliação na IES. Consequente a este processo, são gerados relatórios com os resultados de acreditação discutidos com a IES e com o Ministério da Educação (MERCOSUL, 2008; HIZUME; BARREYRO, 2017).

No que se refere ao processo avaliação e acreditação do SEM, podemos destacar duas situações apontadas por Hizume e Barreyro (2017). A primeira, uma crítica à Rede de Agências Nacionais de Acreditação, fomentando a necessidade do aprimoramento deste órgão, nos termos de infraestrutura e investimento de recursos, com a finalidade de melhorar e viabilizar a continuidade da eficácia dos resultados que têm sido atingidos através do ARCU-SUL. A segunda, se refere aos países que não possuem uma Agência Nacional de Acreditação efetiva ou pelo menos consolidada, estando o Brasil e o Uruguai inseridos nessa situação. A ausência de uma ANA pode levar a diminuição da qualidade da avaliação regional que é realizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se primeiro os resultados da revisão integrativa e em seguida a discussão das pesquisas, evidenciando os principais métodos e resultados encontrados nos trabalhos. Todos os 04 artigos resultantes da aplicação dos critérios de inclusão desta pesquisa são da área de pesquisa em Educação, sendo 03 publicações feitas no Brasil e 01 na Argentina. No Quadro 02 é possível observar o título destas pesquisas, o nome dos autores, a fonte e qual o idioma de publicação.

Quadro 01 – Informações sobre os artigos analisados.

Título do Trabalho	Autor (es)	Fonte	Idioma	Ano
Potencialidades do Sistema Arcu-Sul Para a Construção do Modelo Regional de Reconhecimento de Títulos	SOUZA, Marianne Pereira de; REAL, Giselle Cristina Martins	Educação em Revista	Português	2020
Rede regionais para acreditação e avaliação da qualidade da educação superior.	SANTOS, Margareth Guerra dos; LEITE, Denise	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Português.	2019
Setor educacional do MERCOSUL: convergência e integração regional da educação superior brasileira.	SILVEIRA, Zuleide	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)	Português.	2016
As Agências Nacionais de	BARREYRO,	Avaliação: Revista	Português.	2015

Título do Trabalho	Autor (es)	Fonte	Idioma	Ano
Acreditação no Sistema ARCU-SUL: primeiras considerações.	Gladys Beatriz; LAGORIA, Silvana Lorena; HIZUME, Gabriella de Camargo	da Avaliação da Educação Superior (Campinas)		

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir das informações obtidas no Quadro 01, podemos verificar que todas as publicações foram realizadas por pessoas do sexo feminino. Quanto às fontes, temos 02 publicações feitas no periódico “Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)”, 01 no periódico “Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação” e 01 no periódico “Educação em Revista”. As publicações sobre o ARCU-SUL aconteceram nas bases *Scopus (Elsevier)*, *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc)* e *SciELO Citation Index (Web of Science)* nos anos 2015, 2016, 2019 e 2020, uma em cada ano. Nesse contexto, ao tentar compreender o motivo sobre o surgimento de publicações a partir do ano de 2015, mesmo que a política do ARCU-SUL tenha sido implantada em 2008 (MERCOSUL, 2009), acreditamos que esse fato gire em torno da falta de informações sobre o comportamento da política, pois o seu primeiro ciclo abarcou poucos cursos nos anos de 2008 e 2009, e apenas no seu segundo ciclo, de 2011 a 2014, com a integralização de mais cursos e instituições e resultados mais abrangentes, possa ter despertado o interesse de investigação por parte de pesquisadores do campo de políticas de avaliação da educação superior.

Nos trabalhos que abordaram a acreditação no ARCU-SUL temos, Barreyro, Lagoria e Hizume (2015) que tratam sobre as Agências Nacionais de Acreditação – órgãos que efetivam a acreditação do ARCU-SUL – os países Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai que primeiramente institucionalizaram este processo, discorrendo sobre aspectos voltados a “estrutura” e “autonomia”. No período em que ocorreu esta publicação, o ARCU-SUL tinha realizado o seu primeiro ciclo, envolvendo apenas os cursos de Medicina, Engenharia e Agronomia. As autoras usaram como técnica metodológica a análise documental, utilizando documentos políticos do Sistema Educacional do MERCOSUL e uso de entrevista aplicada pelas autoras em trabalhos anteriores com professores e técnicos envolvidos com o processo de acreditação do MERCOSUL.

As autoras observaram realidades divergentes com a aplicação do primeiro ciclo de acreditação do ARCU-SUL. Algo em comum esteve presente no Brasil e na



Argentina, ambos já contavam com órgãos ou sistemas de avaliação, diferente do Uruguai e Paraguai. Na Argentina houve êxito na acreditação dos cursos, onde é apontado a consolidação da agência de acreditação presente no país, diferente do Brasil, que apesar de “larga experiência” no âmbito da avaliação de cursos superiores, não conseguiu acreditar os seus cursos, sobretudo pela inexistência de um órgão específico ou ANA para realizar o processo. O Uruguai, também sem um órgão de acreditação, conseguiu realizá-la por meio de comissões *ah doc*, que por um lado é apontado como desconfiguração dos processos desta política, mas por outro lado, conseguiu adequar-se ao sistema e prosseguir com sua acreditação de cursos. Já o Paraguai conseguiu acreditar alguns cursos, com suporte técnico de países como o Brasil, Chile e Argentina (BARREYRO, LAGORIA, HIZUME, 2015).

Portanto, dois importantes fatores foram encontrados nessa pesquisa: o primeiro ciclo foi responsável por evidenciar que a política era iniciante, e por isso, necessitava de ampliação, até mesmo para melhores resultados e posteriores discussões; bem como relevou que a experiência dos países com avaliação da educação superior não influenciaram a sua realização (BARREYRO, LAGORIA, HIZUME, 2015). Esses achados dialogam intimamente com a posterior pesquisa das autoras frente à inclinação desta política às subjetividades dos países do MERCOSUL (HIZUME, BARREYRO, 2017), sobretudo, quando abordam o contexto do prejuízo sobre a ausência de uma Agência Nacional de Acreditação e como o ARCU-SUL, assim como a rede de agências devem ser investidos para melhoria dos processos de avaliação, até mesmo no que tange a melhor integração dos fatores culturais de cada país.

A pesquisa de Silveira (2016) contribui para a pesquisa educacional no que diz respeito a compreender as modificações da educação superior brasileira à luz dos conceitos do relacionamento do Estado brasileiro e o Setor Educacional do Mercado Comum do Sul (SEM). Trata-se de uma pesquisa documental com atas de reuniões, planos de ações e legislação do SEM e da política educacional brasileira.

Segundo a referida autora, a acreditação regional de IES ou cursos, nos leva a um cenário de complexo e difícil entendimento, talvez porque esteja intrínseco a “[...] um vínculo estreito entre educação e desenvolvimento econômico do Estado” (SILVEIRA, 2016, p. 917). Isto é, apesar das contribuições políticas trazidas pelo Sistema Educacional do MERCOSUL, existe a necessidade de lembrar que nesses processos estão envolvidas questões de “disputas de forças políticas e estratégias de



organização administrativo-pedagógicas e de funcionamento e institucionalização da educação superior, em níveis nacional e regional” (SILVEIRA, 2016, p. 920). Desta forma, a autora aponta elementos de contradições do SEM para o desenvolvimento regional e nacional, intimamente ligados a uma ideologia de “gestão supranacional”.

Tais ponderações refletem na dinâmica da globalização e a sua repercussão nas transformações educacionais frente ao Estado Avaliador (DIAS SOBRINHO, 2004). Todas essas tensões desencadeadas no campo da educação em relação à economia, nos lembram Leite e Genro (2012) sobre a função exercida por instituições econômicas internacionais, em relação à diminuição das funções de Estado, especificamente sobre o controle de qualidade educacional, por meio dos processos avaliativos.

O trabalho de Souza e Real (2020) é o mais recente e traz elementos sobre as potencialidades da política de regionalização do MERCOSUL, especialmente em relação ao reconhecimento de títulos no âmbito do território da América Latina. Trata-se de uma pesquisa documental, utilizando para este procedimento, documentos oficiais da educação superior do Setor Educacional do MERCOSUL.

Em uma das discussões presentes na pesquisa são observados assuntos diversos dentro do contexto da relação do processo de acreditação e avaliação em prol do reconhecimento de títulos. Esta “acreditação” é dita como “complexa” e institucionalizada a partir dos processos avaliativos – a avaliação externa e a autoavaliação. Em linhas mais específicas, o trabalho encontra vestígios de que o Sistema Educacional do MERCOSUL tem se desenvolvido em torno de “movimentação de pessoas e a melhoria das condições de empregabilidade”, por intermédio da melhoria da qualidade dos cursos através do ARCU-SUL, contemplando somente as demandas regionalizadas (SOUZA; REAL, 2020, p. 11).

No mesmo caminho, apresentamos o trabalho de Santos e Leite (2019), onde são tratadas as questões das Redes Nacionais de Avaliação e Acreditação, especificamente sobre a Rede Iberoamericana para a Qualidade da Educação Superior (RIACES) e a Rede de Agências Nacionais de Acreditação do Mercosul (RANA). Focaremos no que as autoras abordaram sobre a RANA. Assim como, Silveira (2016) e Souza e Real (2020), este trabalho também verificou uma relação íntima do desenvolvimento e ampliação do capital do MERCOSUL através do ARCU-SUL como política regulamentadora da acreditação e da avaliação da educação superior. Algo interessante é levantado pelas autoras sobre as vantagens destas práticas para a educação superior,



pois é dito que a idealização dessas Redes éalicerçada em “princípios emancipatórios”, no entanto, na prática acabam se tornando “práticas reguladoras”. Ainda elencam que o principal motivo de fragilidade destas redes estejarelacionado a ausência de democracia, ou seja, participação social – representando um sistema regulatório.

Esta mercantilização educacional sempre esteve presente no campo da avaliação da educação superior em função da influência que a globalização exerce na adoção de políticas avaliadoras (LEITE, GENRO, 2012), no entanto, sabemos que esta relação restringe o processo de avaliar, por acabar apenas fomentando a política como reguladora (VEHINE, FREITAS, 2012) e somativa (SANTOS, 2016). Então, quando observamos que o ARCU-SUL pode estar reduzindo as suas funções para o foco no reconhecimento de títulos universitários internacionais e, conseqüente, ampliação do mercado de trabalho (SOUZA, REAL, 2020), torna-se evidente um cenário onde o ARCU-SUL acaba assumindo um papel mais voltado para atender as necessidades econômicas e políticas do bloco regional e pouco voltado para realiza-se dentro de uma política pública de acreditação e avaliação, o de suscitar melhorias para a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte dos trabalhos analisados evidenciam uma forte tendência do ARCU-SUL apenas como ferramenta de desenvolvimento econômico (SILVEIRA, 2016; SANTOS, LEITE, 2019; SOUZA, REAL, 2020). Essa tendência capitalista neoliberal encontra-se enraizada na avaliação da educação superior desde a sua concepção, embora diversos autores (DIAS SOBRINHO, 2004; LEITE, GENRO, 2012; SANTOS, 2016) já tenham evidenciado o quão limitante essa relação é para o avanço das políticas avaliadoras, pelo risco de torná-la restrita à regulação, ou seja, dificultando o processo de fomento da melhoria da educação superior.

Já Barreyro, Lagoria e Hizume (2015) explanam algumas limitações internas do ARCU-SUL, verificando que países sem experiência com avaliação, conseguiram acreditar seus cursos, diferente do Brasil, por exemplo, mesmo com uma trajetória de sistemas avaliativos, não conseguiu concretizar nenhuma acreditação. Vale salientar que este trabalho descreve apenas a realidade do primeiro ciclo do ARCU-SUL.

Embora muitas fragilidades tenham sido apontadas, todos os trabalhos trazem elementos sobre as potencialidades que o ARCU-SUL pode trazer aos países



integrantes, desde que baseados em critérios técnicos e formativos da avaliação. Torna-se válido salientar que uma revisão integrativa não abarca todas as bases, sendo importante a realização de novos estudos sobre a política e um acompanhamento ao longo do tempo de avaliações para verificar o processo de implementação dessa política na América Latina.

REFERÊNCIAS

BARREYRO, Gladys Beatriz. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. Avaliação: Revista da **Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 23, n. 1, p. 5-22, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772018000100005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 11 set. 2020.

BARREYRO, Gladys Beatriz; LAGORIA, Silvana Lorena; HIZUME, Gabriella de Camargo. The National Higher Education Accreditation Agencies in Arcu-Sur: first considerations. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 20, n. 1, p. 49-72, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772015000100049&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 28 ago. 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 30 ago. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 703-725, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302004000300004&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 08 set. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista brasileira de educação**, n. 28, p. 164-173, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100014&script=sci_arttext. Acesso em: 08 set. 2020.

HIZUME, Gabriella de Camargo; BARREYRO, Gladys Beatriz. O mecanismo experimental de acreditação do Mercosul (MEXA): a construção de um processo regional de certificação de qualidade de cursos de graduação. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 3, n. 1, p. 46-65, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650575>. Acesso em: 28 ago. 2020.



LEITE, Denise Balarine Cavalheiro; GENRO, Maria Elly Herz. Avaliação e internacionalização da educação superior: Quo vadis América Latina?. **Avaliação: revista da avaliação da educação superior (Campinas)**. Vol. 17, n. 3 (nov. 2012), p. 763-785, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v17n3/a09v17n3>. Acesso em: 30 set. 2020.

MERCOSUL. MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 17/08. Acordo sobre a criação e a implementação de um sistema de credenciamento de cursos de graduação para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica dos respectivos diplomas no Mercosul e estados associados. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/dec_017_conae.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

SANTOS, Leonor. A articulação entre a avaliação somativa e a formativa, na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio?. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 24, n. 92, p. 637-669, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440362016000300637&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Margareth Guerra dos; LEITE, Denise. Rede regionais para acreditação e avaliação da qualidade da educação superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 27, n. 102, p. 108-128, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362019000100108&script=sci_arttext. Acesso em: 15 set. 2020.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina. Estado-Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 31, n. 3, p. 493-510, 2015. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/63790>. Acesso em: 28 set. 2020.

SILVEIRA, Zuleide. Setor educacional do MERCOSUL: convergência e integração regional da educação superior brasileira. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 21, n. 3, p. 901-927, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000300901&script=sci_arttext. Acesso em: 15 set. 2020.

SOUZA, Marianne Pereira de; REAL, Giselle Cristina. Potencialidades do sistema ARCU-SUL para a construção do modelo regional de reconhecimento de títulos. **Educação em Revista**, v. 36, n. 1, p. 1-15, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982020000100218&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 28 set. 2020.

VERHINE, Robert E.; FREITAS, A. A. S. M. A avaliação da educação superior: modalidades e tendências no cenário internacional. **Revista Ensino Superior Unicamp**, v. 3, n. 7, p. 16-39, 2012. Disponível em: https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed07_outubro2012/ARTIGO_PRINCIPAL.pdf. Acesso em: 30 ago. 2020.